

CARLOS ALBERTO PINHEIRO DE SOUZA

Arquiteto e Urbanista

Especialista em Geoprocessamento e Especialista em Gestão Ambiental (Senac)
Mestre em Planejamento e Gestão do Território (UFABC)
Doutorando em Arquitetura e Urbanismo (Mackenzie)

Propostas para o Orçamento Estadual 2025 Ao Estado de São Paulo

Alternativas ao **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL** do estado de São Paulo, ênfase a RMSP (região metropolitana de São Paulo) e a região sudoeste da grande São Paulo (Taboão da Serra, Embu das Artes, Embu Guaçu, Cotia, Vargem Grande Paulista, Itapeverica da Serra, São Lourenço da Serra e Jujutiba) e os municípios inseridos na bacia hidrográfica da Guarapiranga (Embu das Artes, Embu Guaçu, Cotia, Itapeverica da Serra, São Lourenço da Serra, Jujutiba e parte da zona Sul de São Paulo)

Nas últimas décadas o modelo de discussão de **PLANEJAMENTO E GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL** vem se fortalecendo, por diversos motivos e consensos considerando que as soluções são melhores de forma regionalizada de serviços interesses comuns, principalmente num estado gigante como São Paulo com seus 645 municípios e suas diversas centralidades (Campinas, Ribeirão Preto, Baixada Santista, Região Metropolitana de São Paulo, Bauru, Vale do Paraíba, Vale do Ribeira, etc.) e a importância deste estado como a " **LOCOMOTIVA DO BRASIL** .

Foram criados vários conselhos de discussão Regional sendo eles: Consórcios Intermunicipais (Lei federal 11.107/ 2005), Comitês de Bacias Hidrográficas (Lei federal Nº 9.433/ 1997), Conselhos Metropolitanos (Lei Federal Estatuto da Metrôpole 13.089/ 2015) e até o Conselho Nacional das Cidades (decreto 5.790 / 2006).

Estes importantes Conselhos Regionais, juntam numa mesma mesa através de suas plenárias e camarás técnicas, secretarias do governo do estado, alguns colegiados importantes segmentos da sociedade civil (empresarial, agricultores, sindicatos, universidades, ambientalistas e etc.), e até algumas as vezes o governo federal.

Desta forma proponho que é importante que se juntem estes conselhos, e de forma regionalizada, discutam um **PDRURAI (PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL URBANO E RURAL E AMBIENTAL INTEGRADO)**, aliado as vocações e potencialidades de seus municípios, compatíveis com a questão ambiental, e mais importante ainda sua **GESTÃO** e criam um **PPA REGIONALIZADO**.

Porém como instrumento para elaboração, gestão da implantação destes planos (PDRURAI) sugerimos os **IPPR's, Institutos de Planejamento e Pesquisa Regional**. Os IPPR's terão equipe de técnicos multidisciplinares (geólogo, geógrafo, arquitetos, advogados, biólogos, agrônomos, economistas e etc) que estudaram, Planos de Desenvolvimento (PDRURAI), que serão discutidos e aprovados nos seus respectivos Conselhos Regionais.



(11) 97369 1993 (Vivo) E-mail: pinheiroarquitetos@gmail.com
www.pinheiroarquitetos.com.br

CARLOS ALBERTO PINHEIRO DE SOUZA

Arquiteto e Urbanista

Especialista em Geoprocessamento e Especialista em Gestão Ambiental (Senac)
Mestre em Planejamento e Gestão do Território (UFABC)
Doutorando em Arquitetura e Urbanismo (Mackenzie)

Os IPPR's, através de seus escritórios, poderão conter:

- Agencia de Desenvolvimento
- Agencia de Bacia Hidrográfica (Lei estadual 10.020 / 1998)
- Fiscalização Ambiental Integrada (central de monitoramento e denúncias)
- Centro de Geoprocessamento (mapeamento regional em articulação com as prefeituras, sociedade civil e universidades)
- Licenciamento de Empreendimentos de Impacto Regional, submetido à aprovação junto ao Conselho Regional e conselhos municipais de meio ambiente
- Monitoramento da qualidade da água e suas APP's (Áreas de Preservação Permanente)
- Monitoramento ao controle do desmatamento (via satélite)
- Casa da Agricultura (apoio e extensão da Secretaria Estadual da Agricultura)

Os IPPR's, através de seus escritórios, poderão produzir:

- PDRURAI (PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL URBANO E RURAL E AMBIENTAL INTEGRADO)
- Estudos de potencial agrícola (tipos de agricultura de acordo com o clima e solo da região, etc.)
- Estudos de roteiros e potencial turístico (Ecoturismo, rural, religioso, aproveitamento da ferrovia, etc.)
- Zoneamento Econômico e Ecológico (art. 9º Lei Federal 6.938 /1981)
- Plano Regional de Transporte e Mobilidade
- Assessoramento de Planos Diretores, e sua compatibilidade com o Zoneamento Econômico e Ecológico Regional
- Assessoramento se Leis municipais de zoneamento, e sua compatibilidade com o Zoneamento Econômico e Ecológico Regional
- Apoio e fortalecimento da Agricultura Familiar (Agroecologia, agroflorestais, biodinâmica, etc.)
- PPA (Plano Orçamentário Plurianual) Participativo Regional
- Estudo de implantação do PSA (Pagamento por Serviços Ambientais) a propriedades de preservação ambiental

Os IPPR's serão discutidos seu suporte financeiro, consorciado entre os municípios e o governo do estado e governo federal .

Importante a articulação entre Conselhos Regionais, IPPR's com as UNIVERSIDADES, principalmente em suas linhas de pesquisas, utilizando a região como laboratório.

Estudo de linhas de financiamento, que beneficiem as regiões em seus projetos e planos e a empreendimentos de interesse regional.

(11) 97369 1993 (Vivo) E-mail: pinheiroarquitetos@gmail.com
www.pinheiroarquitetos.com.br



CARLOS ALBERTO PINHEIRO DE SOUZA

Arquiteto e Urbanista

Especialista em Geoprocessamento e Especialista em Gestão Ambiental (Senac)

Mestre em Planejamento e Gestão do Território (UFABC)

Doutorando em Arquitetura e Urbanismo (Mackenzie)

Fortalecimento das existentes e Implantação de novas escolas técnicas e universidades estaduais, para preparação da mão de obra com cursos que atendam as vocações regionais, onde suas pesquisas e trabalhos usem a região como laboratório de estudos.

As secretarias do governo do estado juntamente com todas as IPPR's, farão em conjunto o PDRURAI ESTADUAL com cronograma físico/financeiro para os próximos 50 anos, aprovado pela Assembleia Legislativa.

O PMDI-GSP (Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado da Grande São Paulo) foi produzido pelo GEGRAN (Grupo Executivo da Grande São Paulo), foi entre 1967 a 1975, (governos Roberto Abreu Sodré, Laudo Natel e Paulo Egydio Martins.

Um importante instrumento, porém, não obteve ampla discussão participativa, por ter sido produto do período da ditadura civil/militar no país, período da tecnocracia do planejamento no Brasil, e o mesmo de certa forma foi ignorado, na sua implantação.

Logo os planos regionais devem serem amplamente discutidos, o conhecido **PLANEJAMENTO COLABORATIVO**, para que os agentes se sintam contemplados e engajados na sua implantação.

Proponho a implantação de escritórios de planejamentos regionais, com diversos órgãos, que discutem a região, como conselhos metropolitanos, comitês de bacia hidrográficas, consórcios intermunicipais, etc. Todos no mesmo prédio em pisos diferentes para que automaticamente, façam que esta governança multinível regional, dialogue, para melhor benefício da região, obtendo um tripé da democracia participativa entre órgãos do estado, prefeituras e sociedade civil. O autor desta proposta quando formando na graduação em arquitetura e urbanismo propôs em seu TCC (trabalho de conclusão de curso), um Centro de Planejamento Regional Conisud/Subcomitê Guarapiranga conforme figura abaixo:

(11) 97369 1993 (Vivo) E-mail: pinheiroarquitetos@gmail.com
www.pinheiroarquitetos.com.br



CARLOS ALBERTO PINHEIRO DE SOUZA

Arquiteto e Urbanista

Especialista em Geoprocessamento e Especialista em Gestão Ambiental (Senac)

Mestre em Planejamento e Gestão do Território (UFABC)

Doutorando em Arquitetura e Urbanismo (Mackenzie)

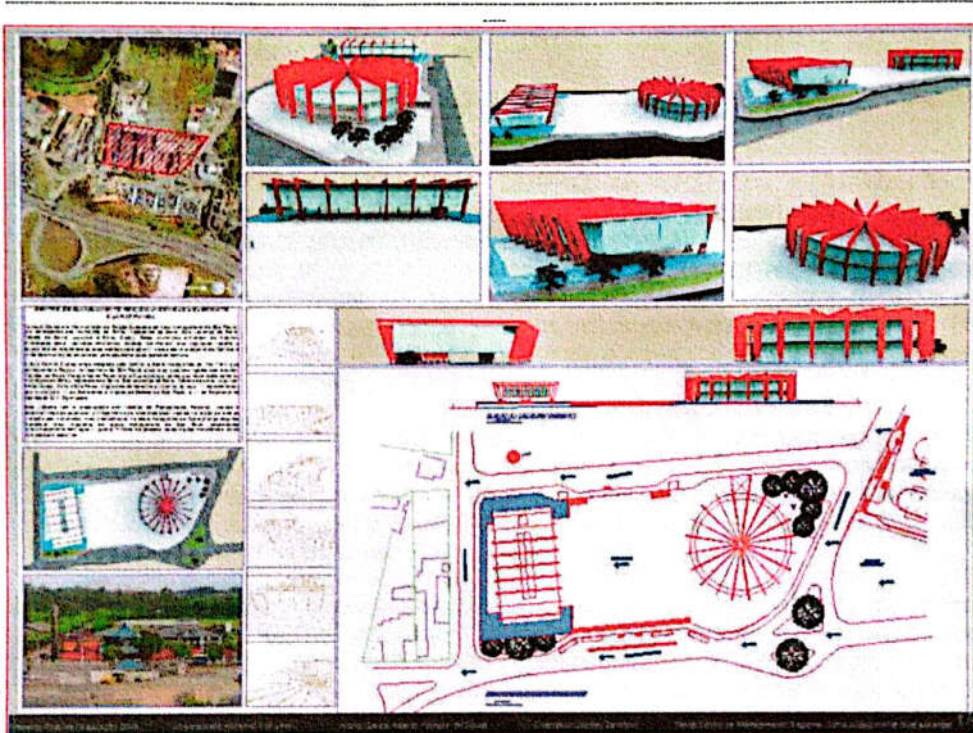


Figura 01 - Centro de Planejamento Regional Conisud/Subcomitê Guarapiranga

Fonte = Autor, 2009.

Lamentável que na gestão do governador Dória, o fechamento da Emplasa (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano).

A Emplasa precisa ser retomada e com força total como um braço técnico das regiões metropolitanas do Estado, para melhor prosperidade no seu planejamento e desenvolvimento sustentável regional.

É importante o aprofundamento consolidação da sociedade do conhecimento, MAIOR articulação entre universidade, entidades de classe, profissionais e sociedade civil, no debate as soluções, exemplo para RMSP (Região Metropolitana de São Paulo).

(11) 97369 1993 (Vivo) E-mail: pinheiroarquitetos@gmail.com
www.pinheiroarquitetos.com.br

Digitalizado com CamScanner

CARLOS ALBERTO PINHEIRO DE SOUZA

Arquiteto e Urbanista

Especialista em Geoprocessamento e Especialista em Gestão Ambiental (Senac)

Mestre em Planejamento e Gestão do Território (UFABC)

Doutorando em Arquitetura e Urbanismo (Mackenzie)

OUTRAS PROPOSTAS

1. Incentivo e Implantação dos sistemas de mutirões para barateamento das moradias de interesse social (HIS).
2. **IMPLANTAR NOS Municípios PARA QUE O MESMO** faça a fiscalização e monitoramento da qualidade e quantidade de suas águas, da qualidade do tratamento de seu esgoto e água potável através de seu laboratório a ser criado, escolhendo pontos de monitoramento para medir as diferentes concentrações dos poluentes, entre outros elementos que possam ser interessantes conhecer, e desta forma fiscalizar as fontes de poluição, para atingir a carga meta estipulada pelo a exemplo do PDPA (Plano de Desenvolvimento e Proteção ambiental) que consta na lei 12.233/2006 (Lei Específica Da Guarapiranga)
3. Fomento e incentivo a agricultura familiar, com ênfase a orgânica, agroflorestal, agroecologia, biodinâmica e apicultura, tendo como principal consumidor os governos municipal e estadual para a merenda escolar e cultivo de plantas medicinais, pois é um Uso de geração e renda compatível com as áreas de mananciais, para não contaminação do solo e da água.
4. Propor um estudo e incentivar as atividades econômicas e de geração de renda, compatíveis com a Região, sendo dos municípios inseridos em áreas de Proteção aos mananciais (exemplo: agricultura familiar, ecoturismo, turismo rural, pousadas, hotel fazenda, agroecologia, agroflorestal, biodinâmica, esportes náuticos, indústrias não poluentes, etc...)
5. Aumentar as ofertas de emprego nos municípios, combatendo a característica de Cidades Dormitório, como nas cidades periféricas da RMSP, dando mais qualidade de vida aos moradores, tendo trabalho e estudo próximos de suas moradias e diminuir a quantidade de pessoas que se deslocam fora da região diminuindo também o fluxo de carro (movimento pendular). Estudos indicam que 70% dos empregos na RMSP, estão na capital de São Paulo, é necessário criar empregos mais próximo das moradias do proletariado, diminuição também do tráfego de automóveis, diminuição de poluição veicular, em benefício a saúde pública.
6. Implantação de consultórios odontológicos móveis (trailer equipado), para atender as comunidades carentes urbanas e rurais e escolas, sendo agendado e selecionado pela assistência social dos municípios, de pessoas desprovidas de recursos financeiros.

(11) 97369 1993 (Vivo) E-mail: pinheiroarquitetos@gmail.com
www.pinheiroarquitetos.com.br



CARLOS ALBERTO PINHEIRO DE SOUZA

Arquiteto e Urbanista

Especialista em Geoprocessamento e Especialista em Gestão Ambiental (Senac)

Mestre em Planejamento e Gestão do Território (UFABC)

Doutorando em Arquitetura e Urbanismo (Mackenzie)

7. Implantação dos orçamentos participativo/colaborativo metropolitano ou regional dependendo da realidade existente na microrregião, para estudos de equipamentos públicos de impacto regional (ex. usina de reciclagem de resíduos sólidos, usina de reciclagem de resíduos da construção civil, etc.). Para destinação orçamentário estadual, e criação do Plano Plurianual (PPA) regional,
8. Incentivos fiscais e linhas de financiamento a empreendimentos que gerem turismo e renda compatíveis com a legislação ambiental. Ex.: Hotel fazenda, pousada, produção de cogumelo, produção de mel, turismo rural, trilhas ecológicas, etc
9. Mapa atualizado as ocupações irregulares e assentamentos precários nos municípios: favelas, cortiços, ocupações, etc..., e assim procurar fazer um trabalho de destinação correta a habitação com qualidade de vida, inclusive soluções regionais de produção de assentamentos de habitação de interesse social (HIS).
10. Mapeamento dos Loteamentos e Desmembramentos Irregulares, do ponto de vista do Licenciamento, Loteamentos embargados pelo Ministério, e providenciar Regularização Fundiária, conforme legislação.
11. Mapa de Geoprocessamento quanto as Áreas de Compensação Ambiental e os Empreendimentos Regularizados, de 2006 a 2024, exigidos pela Cetesb, conforme as leis específicas de bacias hidrográficas a exemplo da Guarapiranga, Billings e demais (respectivas leis estaduais 12.233/2006 e 13.579/2009), estas áreas poderão serem usadas como corredores ecológicos, parques ecológicos e tornar pública esta informação, para melhor fiscalização ambiental por parte da sociedade.
12. Mapeamento junto ao Inbra das áreas georreferenciadas, para se ter melhor noção das áreas rurais.
13. Mapeamento das Áreas Públicas (municipal, estadual e federal), e das Áreas Indígenas, e tornar pública esta informação, para melhor fiscalização ambiental por parte da sociedade.
14. Mapeamento dos Atrativos Naturais e Turísticos regionais, para melhor articulação desta economia, para geração de emprego e renda.
15. Reativação do trem Turístico Embu Guaçu a Santos (ramal Mairinque/Santos).
16. Implantação do Ferroanel
17. Ampliação do uso de ferrovias algumas até abandonadas, (transporte coletivo e, porto seco, etc...)

(11) 97369 1993 (Vivo)

E-mail: pinheiroarquitetos@gmail.com

www.pinheiroarquitetos.com.br

CARLOS ALBERTO PINHEIRO DE SOUZA

Arquiteto e Urbanista

Especialista em Geoprocessamento e Especialista em Gestão Ambiental (Senac)
Mestre em Planejamento e Gestão do Território (UFABC)
Doutorando em Arquitetura e Urbanismo (Mackenzie)

18. Implantar o HIDROANEL, desenvolvido pela FAU USP, Grupo Metr pole Fluvial, coordenada pelo professor DR  Alexandre Delijaicov
19. Universidade Publica (federal e estadual) que contenha cursos de acordo com a voca o , demanda e realidade da região ex. meio ambiente, turismo, agricultura, agrimensura, planejamento urbano, regional e geologia, com campus espalhados principalmente nos municípios mais afetados economicamente (Embu Guaçu, Itapeperica da Serra, São Lourenço e Juquitiba), com laboratórios de análise do solo, água, etc.
20. Estudo de viabilidade de uma empresa regional de esgoto e água onde a mesma deve ser gerenciada via consorcio intermunicipal.
21. Implantar equipamento regional, sendo Usina de reciclagem de resíduos domésticos e RCC (resíduos da constru o civil), aterro sanitário, com mecanismos de sequestro de carbono, podendo ser usada para gera o de energia elétrica, e vendas de credito de carbono (ex. Estre de Paulínia).
22. Mapeamento e inventario da situa o atual das minera es, regulares e irregulares, e pedidos de lavras.
23. Considerar e cruzar estudos recentes de planejamento que cruzam com a região, alguns citados abaixo e outros afins, como:
 - PDPA – Plano de Desenvolvimento e Prote o Ambiental (ex. Guarapiranga)
 - Plano Diretor de Aproveitamento dos Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista
 - Plano de Bacia do Alto Tietê
 - Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia do Alto Tietê
 - IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas, Estudo de Estancia Hidromineral para a Região do CONISUD (CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO), que parte está inserida na Bacia.
 - PDUI- Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado
24. Cria o e implanta o de agências de desenvolvimento a cada sub-região da RMSP, a exemplo da Agencia do Grande ABC.
25. Plano Metropolitano de Adapta o  s Altera es Climáticas

Nas últimas décadas do século XXI, a comunidade cientifica tem alertado para os efeitos proeminentes da mudança do clima, possivelmente decorrentes das a es

(11) 97369 1993 (Vivo) E-mail: pinheiroarquitetos@gmail.com
www.pinheiroarquitetos.com.br



CARLOS ALBERTO PINHEIRO DE SOUZA

Arquiteto e Urbanista

Especialista em Geoprocessamento e Especialista em Gestão Ambiental (Senac)

Mestre em Planejamento e Gestão do Território (UFABC)

Doutorando em Arquitetura e Urbanismo (Mackenzie)

humanas, que intensificaram o processo natural do "efeito estufa". Alguns pesquisadores afirmam que a magnitude do impacto é hoje suficiente para mudar largamente o clima na Terra e afetar intensamente algumas regiões, países e continentes. Assim, face à inevitabilidade da mudança climática, tem-se tornado crescente a preocupação dos governos com políticas que façam frente aos impactos da mudança do clima, haja vista que tais mudanças vão causar alterações significativas nas condições de vida da humanidade, inclusive das grandes cidades. Nesse contexto, políticas de adaptação e mitigação que lidem adequadamente com as vulnerabilidades tanto a nível global quanto local, devem ser avaliadas, sobretudo, no âmbito do planejamento regional, como o é caso do Planos de Diretores. Governo estadual deve dar diretrizes e ajudar nestes planos, em benefício a questão das mudanças climáticas.

26. Programa de Gestão de Fronteiras e Áreas de Influência visa promover a gestão solidária entre municípios (contíguos ou não) para:

- Definição de parâmetros urbanísticos comuns para regiões fronteiriças;
- Combate à segregação sócio espacial entre municípios;
- Controle do impacto de empreendimentos metropolitanos nos espaços cotidianos microlocais;
- Elaboração de projetos Inter setoriais associados a programas habitacionais de interesse social;
- Promoção de projetos e empreendimentos urbanísticos de interesse comum.

27. Criação de um sistema metropolitano integrado de cultura e turismo

- Disponibilização das informações sobre o patrimônio histórico-cultural, paisagístico e turístico à população regional, através da criação de um sistema de informação amplo, que incorpore diferentes mídias;
- Articulação de uma gestão integrada de instituições, órgãos e atores sociais ligados às questões culturais, ambientais e turísticas;
- Identificar possíveis corredores paisagísticos (cultural e ambiental) na RMSP, a partir dos conjuntos paisagísticos e lugares metropolitanos;
- Promover o acesso físico aos espaços públicos e lugares metropolitanos: fortalecimento de rotas culturais e turísticas existentes e criação de novas;

28. Segurança:

- Política metropolitana integrada de formação e qualificação profissional;
- Política metropolitana integrada de apoio à produção em pequena escala.

29. Sustentabilidade:

(11) 97369 1993 (Vivo) E-mail pinheiroarquitetos@gmail.com
www.pinheiroarquitetos.com.br



CARLOS ALBERTO PINHEIRO DE SOUZA

Arquiteto e Urbanista

Especialista em Geoprocessamento e Especialista em Gestão Ambiental (Senac)

Mestre em Planejamento e Gestão do Território (UFABC)

Doutorando em Arquitetura e Urbanismo (Mackenzie)

- Política de desenvolvimento produtivo sustentável do entorno metropolitano;
 - Política metropolitana integrada de apoio aos serviços modernos e indústrias de alta tecnologia.
 - Criação de Parques tecnológicos regionais
 - Política metropolitana integrada de apoio ao micro, pequenas e médias empresas e ao desenvolvimento local sustentável;
 - Política metropolitana integrada de consolidação da Sociedade do Conhecimento;
30. Regulamentação através de decreto da lei estadual 9146/1995, que trata dentre outras questões a **compensação financeira a municípios inseridos em áreas de proteção aos mananciais**, trata se de uma lei que a 29 anos não é regulamentada pelos diversos governadores do estado de São Paulo , colocar dotação orçamentário para o ano de 2025.
31. Implantação e fortalecimento da **FISCALIZAÇÃO INTEGRADA**, resgatar as iniciativas como do SOS Mananciais, extinta há 24 anos, previsto na bacia hidrográfica da Guarapiranga, pela lei estadual 12.233/2006. Embora em reunião para instalação dos Grupos de Fiscalização Integrada (GFIs) da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), em 2020 surge a Resolução SIMA N° 08, 03/02/2020, (com 14 anos de atraso, pois a lei é de 2006) esta dá diretrizes, porem na pratica ainda ineficiente.
32. Implantação dos **ESCRITÓRIOS REGIONAIS DE BACIA HIDROGRÁFICA**, como previsto na bacia hidrográfica Guarapiranga, pela lei estadual 12.233/2006, onde dentre várias atribuições de extrema importância, deve coordenar e abrigar a fiscalização integrada, SGI (Sistema Gerencial de Informações), dar suporte técnico aos subcomitês e comitês de bacia hidrográfica. No caso da Guarapiranga previsto pelo decreto 51.686/2007, colocou a implantação em 2008, logo 16 anos atrasado, governo do Estado de São Paulo, prevaricando no uso de suas obrigações prevista em lei.
33. Implantação de **MERCADOS PÚBLICOS REGIONAIS**, para melhor comercialização dos **PEQUENOS AGRICULTORES FAMILIARES**, incentivando a produção de alimentos, geração de emprego e renda, inclusive em propriedades ociosas. Dos alimentos consumidos no país, 70% vêm da agricultura familiar, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
34. Estudo de **OUTROS TRAÇADOS DE RODOANEL**, inclusive já utilizando o aproveitamento de algumas estradas já abertas, para conexão em outras quilometragens das importantes rodovias. O único traçado existente, vem causando sérios congestionamentos a exemplo da BR116 (Rodovia Regis Bitencourt), devido ter

(11) 97369 1993 (Vivo) E-mail pinheiroarquitetos@gmail.com
www.pinheiroarquitetos.com.br

CARLOS ALBERTO PINHEIRO DE SOUZA


Arquiteto e Urbanista


Especialista em Geoprocessamento e Especialista em Gestão Ambiental (Senac)
Mestre em Planejamento e Gestão do Território (UFABC)
Doutorando em Arquitetura e Urbanismo (Mackenzie)

que chegar até Embu das Artes, próximo a capital, e inclusive quando no acontecimento de acidentes (quase diariamente), para depois acessar o atual rodoanel para se chegar a outras rodovias. Sendo que outros traçados distribuíram, melhor fluxo dos automóveis, diminuindo as distancias, custo, e consequentemente a poluição veicular.

35. Estudar e viabilidade de PORTOS SECOS nas várias regiões do estado de São Paulo, aproveitando a linha férrea, sistema viário e ligações com os portos marítimos (ex. porto de Santos). Para melhor armazenamento, escoamento de mercadorias, tanto para importação, exportação e consumo interno de produtos nacionais.

Embu Guaçu/ SP, 17 de maio de 2024


CARLOS ALBERTO PINHEIRO DE SOUZA
ARQUITETO E URBANISTA
www.pinheiroarquitetos.com.br
(11) 97369-1993 Vivo/ZAP
pinheiroarquitetos@gmail.com


CARLOS ALBERTO PINHEIRO DE SOUZA
Arquiteto e Urbanista
CAU - A 60148-9

(11) 97369 1993 (Vivo) E-mail: pinheiroarquitetos@gmail.com
www.pinheiroarquitetos.com.br



CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU
PODER LEGISLATIVO
PALÁCIO VEREADOR ALBERTO RIBEIRO PINTO

OFÍCIO Nº 077/2024/GCJ

Embu-Guaçu, 17 de maio de 2024.

Exmo. Sr.
Deputado Estadual Gilmaci Santos
Presidente
Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Assunto: Solicitação de recursos para o município de Embu-Guaçu

Excelentíssimo, Sr. Presidente,

Venho, por meio desta, solicitar, encarecidamente, a destinação de recursos no Orçamento Estadual de 2025 para Implantação de rede de drenagem pluvial no bairro do Granjinha, Embu-Guaçu/SP.

Esta região do nosso município vem sendo muito prejudicada, nos períodos de chuvas, por alagamentos. A implantação do projeto de drenagem será de grande valia. A estimativa de custos é de R\$ 4.700.000,00 (quatro milhões e setecentos mil reais).

Sendo que apresento no momento, aproveito a oportunidade para renovar meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

Cleber dos Santos Pereira Dias
Vereador Clebinho Jogador – PODEMOS

Rua Emília Pires, 135 - Embu-Guaçu - SP - CEP 06900-130
Telefone: 4661-1078 - e-mail camara@embuguacu.sp.leg.br

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU



GABINETE DO VEREADOR CLEBINHO

Rua Coronel Luiz Tenório de Brito, 752 - Centro Embu-Guaçu - SP - CEP 06900-095
Telefone: 4661-5838

Embu-Guaçu, 16 de maio de 2024

Ofício nº 077/2024/GCJ
Vossa Excelência
Sr. Gilmacir Santos
Mesa de Finanças e Orçamento - ALESP

Prezado Sr.

Venho por meio deste, solicitar a alocação de recursos financeiros para a construção de uma nova creche municipal, com o objetivo de suprir o déficit de vagas e atender à crescente demanda por educação infantil em nossa localidade.

Atualmente, o município enfrenta significativa carência de vagas nas creches, o que impacta diretamente as famílias que necessitam deste serviço – essencial para o desenvolvimento das crianças, e para que os pais possam desempenhar suas atividades laborais com tranquilidade. A construção de uma nova unidade de educação infantil se faz urgente e indispensável para garantir o direito das crianças à educação, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

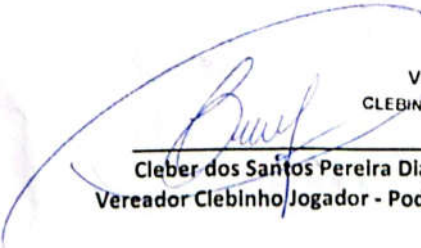
Com base no levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Educação, constatou-se déficit de 226 vagas. A nova creche proposta será capacidade atender essa deficiência e proporcionar um ambiente adequado e seguro para o desenvolvimento integral das crianças.

Para a execução deste projeto, segue anexa a proposta de construção detalhada, incluindo o orçamento estimado no valor de 1 milhão de reais, elaborado com base em estudo técnico e financeiro. Destacamos que a creche será construída em terreno próprio do município de Embu-Guaçu, garantindo assim uma localização estratégica e de fácil acesso para a população.

Cientes da importância e da urgência deste pleito, solicitamos a especial atenção de Vossa Senhoria para a liberação dos recursos necessários, de modo que possamos iniciar o quanto antes a construção desta nova unidade educacional.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar nosso compromisso com a educação e com o bem-estar de nossas crianças, certos de que contar com o apoio de Vossa Senhoria será crucial para a realização deste importante projeto.

Sem mais para o momento, agradecemos a atenção dispensada e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.


VEREADOR
CLEBINHO JOGADOR

Cleber dos Santos Perelra Dias
Vereador Clebinho Jogador - Podemos

Digitalizado com CamScanner

CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU



GABINETE DO VEREADOR CLEBINHO

Rua Coronel Luiz Tenório de Brito, 752 - Centro Embu-Guaçu - SP - CEP 06900-095
Telefone: 4661-5838

Embu-Guaçu, 17 de maio de 2024

Ofício nº 078/2024/GCJ

Vossa Excelência

Sr. Gilmacir Santos

Mesa de Finanças e Orçamento - ALESP

Prezado Sr.

Venho por meio deste, solicitar a alocação de recursos financeiros para a implantação de uma ciclovia com aproximadamente 11km de extensão, em nosso município, ligando o distrito do Cipó, até o centro de Embu-Guaçu, porcionando um espaço seguro e exclusivo para ciclistas, reduzindo o risco de acidentes e promovendo um trânsito mais organizado.

A iniciativa incentivará o uso de bicicletas como meio de transporte alternativo, contribuindo para a redução do tráfego de veículos motorizados e, conseqüentemente, dos níveis de poluição.

O estímulo ao uso de bicicletas favorece a prática de atividade física, melhorando a saúde e o bem-estar da população.

Cientes da importância e da urgência deste pleito, solicitamos a especial atenção de Vossa Senhoria para a liberação dos recursos necessários, de modo que possamos iniciar o quanto antes a implantação da ciclo faixa em nosso município.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar nosso compromisso com a educação e com o bem-estar de nossas crianças, certos de que contar com o apoio de Vossa Senhoria será crucial para a realização deste importante projeto.

Sem mais para o momento, agradecemos a atenção dispensada e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

VEREADOR
CLEBINHO JOGADOR



Cleber dos Santos Pereira Dias
Vereador Clebinho Jogador - Podemos

CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU



GABINETE DO VEREADOR CLEBINHO

Rua Coronel Luiz Tenório de Brito, 752 - Centro Embu-Guaçu - SP - CEP 06900-095
Telefone: 4661-5838

Embu-Guaçu, 17 de maio de 2024

Ofício nº 079/2024/GCJ
Vossa Excelência
Sr. Gilmacir Santos
Mesa de Finanças e Orçamento - ALESP

Prezado Sr.

Venho por meio deste, solicitar a alocação de recursos financeiros para a construção de um campo sintético em Embu-Guaçu, oferecendo um espaço adequado e seguro para a prática de esportes, incentivando atividades físicas e promovendo o lazer da comunidade.

Diferente dos campos de grama natural, os campos sintéticos têm maior durabilidade e exigem menos manutenção, resultando em economia a longo prazo.

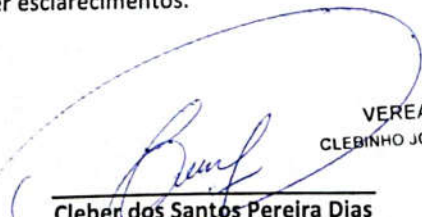
A infraestrutura esportiva proporcionará um local de encontro e interação social, beneficiando especialmente os jovens e crianças, além de reduzir a vulnerabilidade social.

Um campo sintético bem estruturado permitirá a realização de eventos esportivos e competições, fomentando o esporte local e atraindo visitantes.

Cientes da importância e da urgência deste pleito, solicitamos a especial atenção de Vossa Senhoria para a liberação dos recursos necessários, de modo que possamos iniciar o quanto antes a construção de um campo sintético em nosso município.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar nosso compromisso com a educação e com o bem-estar de nossas crianças, certos de que contar com o apoio de Vossa Senhoria será crucial para a realização deste importante projeto.

Sem mais para o momento, agradecemos a atenção dispensada e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.


VEREADOR
CLEBINHO JOGADOR
Cleber dos Santos Pereira Dias
Vereador Clebinho Jogador - Podemos

Bom dia, aos prezados presente na Câmara Municipal de Embu-Guaçu e ao nossos internautas.

É com grande apreço que me dirijo a todos vocês neste importante espaço para debatermos uma questão de extrema relevância: a neurodiversidade. Este tema muitas vezes é negligenciado ou mal compreendido, mas sua importância para a nossa sociedade é imensurável.

Principalmente considerando que muitos transtornos são mais comuns do que se imagina. Estima-se que cerca de 15-20% da população mundial possua algum tipo de condição neuro cognitiva divergente, que se pode englobar o Transtorno do Espectro Autista, Transtorno do Déficit de atenção e hiperatividade, Altas habilidades e superdotação, Síndrome de Tourette, dislexia, deficiência Intelectual, Dispraxia, e outros. Se esses casos não forem identificados e tratado ainda na infância e adolescência, em fase adulta poderá acarretar diversas outras comorbidades psíquicas como a depressão, ansiedade, vícios, toc e até impactos e dificuldades para realizações pessoais e profissionais por exemplo.

A neurodiversidade reconhece que cada indivíduo possui uma forma única de funcionamento cerebral e que essa diversidade é natural. Afinal, não devemos esperar que todos os seres humanos pensem, processem informações ou interajam da mesma maneira.

É essencial que o orçamento público, contemple políticas públicas voltadas para a promoção da inclusão e do apoio às pessoas neurodivergentes em nossa comunidade. Isso inclui, por exemplo, a alocação de recursos para a educação inclusiva, o treinamento de profissionais da saúde e da educação em abordagens neuro diversas, também abordagem da comunidade e em especial levar o conhecimento aos jovens, crianças e famílias.

Investir na valorização da neurodiversidade, não estamos apenas garantindo que cada indivíduo tenha a oportunidade de alcançar seu potencial, mas também enriquecendo nossa sociedade. Devemos lembrar que as maiores inovações e avanços científicos e tecnológicos foram realizados por mentes neurodivergentes, como Einstein, Bill Gates, Graham Bell, Darwin, Steve Jobs, Thomas Edison, também temos grandes nomes artísticos que podemos citar como Leonardo da Vinci, Will Smith, Van Gogh, Walt Disney e eu como mãe de uma criança neurodivergente e atleta não poderia esquecer de citar aqui grandes nomes do esporte como Diego Viviano do jiu-jitsu brasileiro, Pedro Scooby surfista brasileiro, o nadador Michael Phelps, o jogador Michael. É o dever dessa casa e dos representantes do povo garantir que talentos sejam reconhecidos e cultivados.

Portanto, conclamo a todos os presentes a apoiarem a inclusão de emendas e verbas específicas no orçamento para a promoção da neurodiversidade em nosso município e estado. Este é um investimento não apenas no bem-estar e na dignidade das pessoas neurodivergentes, mas também na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e solidária para todos.

Obrigado pela atenção.

Katrin du Sahn



CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU
PODER LEGISLATIVO
PALÁCIO VEREADOR ALBERTO RIBEIRO PINTO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

OFÍCIO Nº 060/2024/PRES

Embu-Guaçu, 17 de maio de 2024.

Exmo. Sr.
Deputado Estadual Gilmaci Santos
Presidente
Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Assunto: Implantação da Delegacia da Mulher no município de Embu-Guaçu

Excelentíssimo, Sr. Presidente,

Venho, respeitosamente, cumprimentá-lo e, ao ensejo solicitar seu empenho, no sentido de que seja previsto no Orçamento Estadual de 2025 a implantação de uma Delegacia da Mulher no município de Embu-Guaçu, a qual será de grande valia, uma vez que proporcionará para a população feminina embuguaçuense ambiente favorável, seguro e com toda estrutura necessária para que possam denunciar seus agressores.

O Censo 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apresentou que no município de Embu-Guaçu 50,8% da população é feminina, o que totaliza 34.034 mulheres, número, esse, expressivo.

E, considerando, que é sabido sobre a existência de agressões sofridas por mulheres, sendo elas físicas e/ou psicológicas, a implantação da Delegacia da Mulher cuidará com maior eficiência as denúncias de violência doméstica, abuso sexual e feminicídio, visto que a vítima, quando se dirige até a Delegacia para



CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU
PODER LEGISLATIVO
PALÁCIO VEREADOR ALBERTO RIBEIRO PINTO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

realizar a denúncia, está em um momento de vulnerabilidade, sendo assim, um local em que se possa sentir confortável e acolhida é imprescindível para melhor atendimento da cidadã.

Temos que considerar, ainda, que a Delegacia da Mulher conta com equipe multidisciplinar, composta por policiais, assistentes sociais e psicólogos, o que confere atendimento e acompanhamento humanizado, ajudando as vítimas a se sentirem melhores para relatarem e falar sobre os acontecimentos.

Diante disto, com grande clamor, contamos com vosso esforço para construirmos uma Embu-Guaçu mais cidadã para as mulheres deste município, aproveito para renovar meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

Joaquim de Souza Silva – Joaquim da Aposentadoria
Vereador Presidente
Câmara Municipal de Embu-Guaçu



CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO VEREADOR ISAIAS COELHO

OFÍCIO Nº 22/2024/GIC

Embu-Guaçu, 17 de maio de 2024

À Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Alesp

Assunto: Emenda ao Orçamento Estadual de 2025.

Prezados Senhores,

Como representante do Poder Legislativo Municipal de Embu-Guaçu, venho, por meio deste ofício, solicitar, respeitosamente, a inclusão, no Orçamento Estadual de 2025, de uma emenda parlamentar destinada ao custeio do Programa Pet Container no município de Embu-Guaçu/SP.

Esse Programa institui um consultório veterinário no município e tem o objetivo de disponibilizar o acesso livre a consultas e exames para cães e gatos.

Agradeço pela atenção a esta solicitação e pela cooperação na solicitação mencionada acima.

Atenciosamente,

Isaias Coelho

Isaias Coelho
Vereador - PSD

Rua Coronel Luiz Tenório de Brito, 752 – 2º Andar – Sala 1
Centro -06900-095 - Embu-Guaçu-SP
e-mail: vereadorisaiascoelho@embuguacu.sp.leg.br
Telefone:4661-5838 Ramal: 101/102

Digitalizado com CamScanner



CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO VEREADOR ISAIAS COELHO

OFÍCIO Nº 24/2024/GIC

Embu-Guaçu, 17 de maio de 2024

À Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Alesp

Assunto: Emenda ao Orçamento Estadual de 2025.

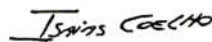
Prezados Senhores,

Como representante do Poder Legislativo Municipal de Embu-Guaçu, venho, por meio deste ofício, solicitar, respeitosamente, a inclusão, no Orçamento Estadual de 2025, de uma emenda parlamentar destinada ao custeio da implantação do programa Médico na Escola no município de Embu-Guaçu/SP.

Esse programa oferta atendimentos médicos clínicos simplificados em estabelecimentos de ensino, objetivando a prevenção de doenças infantis. Para o atendimento dos alunos, esse programa deverá disponibilizar médico especializado em pediatria, enfermeiro e técnico de enfermagem para verificação de peso, altura, visão, audição, etc.

Agradeço pela atenção a esta solicitação e pela cooperação na solicitação mencionada acima.

Atenciosamente,


Isaias Coelho
Vereador - PSD

Rua Coronel Luiz Tenório de Brito, 752 – 2º Andar – Sala 1
Centro -06900-095 - Embu-Guaçu-SP
e-mail: vereadorisaiascoelho@embuguacu.sp.leg.br
Telefone:4661-5838 Ramal: 101/102

Digitalizado com CamScanner



CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO VEREADOR ISAIAS COELHO

OFÍCIO Nº 23/2024/GIC

Embu-Guaçu, 17 de maio de 2024

À Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Alesp

Assunto: Emenda ao Orçamento Estadual de 2025.


Prezados Senhores,

Como representante do Poder Legislativo Municipal de Embu-Guaçu, venho, por meio deste ofício, solicitar, respeitosamente, a inclusão, no Orçamento Estadual de 2025, de uma emenda parlamentar destinada ao custeio da implantação de uma Sala de Escuta Especializada no município de Embu-Guaçu/SP.

Essa sala de escuta é necessária para o acolhimento de crianças e adolescentes vítimas de violência e deve equipagem e decoração específicas, de modo que o local seja apropriado, acolhedor e assegure a privacidade das vítimas.

Agradeço pela atenção a esta solicitação e pela cooperação na solicitação mencionada acima.

Atenciosamente,


Isaias Coelho
Vereador - PSD

Rua Coronel Luiz Tenório de Brito, 752 – 2ª Andar – Sala 1
Centro -06900-095 - Embu-Guaçu-SP
e-mail: vereadorisaiascoelho@embuguacu.sp.leg.br
Telefone:4661-5838 Ramal: 101/102

Digitalizado com CamScanner

PODER LEGISLATIVO



CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU
PALÁCIO VEREADOR ALBERTO RIBEIRO PINTO
Rua Emília Pires, 135 - Embu-Guaçu - SP - CEP 06900-000
Tel. 4661-1078

OF. 06/2024/GVEB

Vereador Engenheiro Barros

Embu Guaçu, 17 de maio de 2024.

Ao Excelentíssimo Senhor

Gilmaci Santos

Comissão de finanças e orçamentos do Estado de São Paulo

Assunto: Solicitação de Emenda para "Iluminação Pública".

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, venho através do presente respeitosamente solicitar ao nobre Presidente da Comissão, que destine a **Emenda ao orçamento do Estado**, para a implantação de iluminação pública na Rodovia SP 214 - José Simões Louro Jr, com o total de 15 km aproximadamente 350 pontos de iluminação pública.

Justificativa: Nesta Rodovia é o eixo principal de vários bairros da cidade e também tem a prática de ciclismo e caminhadas noturnas, desta forma estará contribuindo na segurança pública.

Certo de contar com vossa colaboração, antecipadamente agradeço.

Atenciosamente,


Engenheiro Barros
Vereador

Rua Emília Pires, 135 - Embu-Guaçu - SP - CEP 06900-130
Tel.: 4661-5838 - E-mail: camara@embuguacu.sp.leg.br
E-mail: vereadorengenheirobarros@gmail.com

Digitalizado com CamScanner



Prefeitura Municipal de Embu-Guaçu - Estado de São Paulo

Paço Municipal Prefeito Ademar João Estevan
Rua Cel. Luís Tenório de Brito, 458 – Embu-Guaçu-SP – CEP 06900-000

**Secretaria Municipal de Segurança, Transporte e Mobilidade
Departamento de Transporte e Mobilidade**

Ofício Nº 023/2024

Embu-Guaçu, 17 de Maio de 2024

Para: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Assunto: Demanda de Recursos Estaduais-Aquisição de Viaturas para a Guarda Civil Municipal e Semutrans

A/C: Deputado Estadual Gilmaci Santos

Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento

Encaminhamos a ALESP a relação de demandas da Secretaria de Segurança, Transporte e Mobilidade, representando as principais requisições dentro do âmbito da manutenção da pasta municipal, postulando recursos estaduais – aquisição de viaturas vinculados a Secretaria Estadual de Segurança Pública, compreendendo:

Departamento de Trânsito e Mobilidade:

Aquisição de 01 (uma) viatura operacional de porte médio tipo Hatch- Valor de Referência: R\$130.000,00

Aquisição de 01 (uma) viatura operacional tipo pick-up – Valor de Referência: R\$ 130.000,00

Aquisição de 02 (duas) motocicletas operacionais caracterizada para Semutrans – Valor de Referência: R\$ 80.000,00

Departamento de Segurança:

Despesa Capital – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente

Aquisição de 02 (duas) viaturas operacionais caracterizado tipo SUV para a Guarda Civil Municipal – GCM. Valor de Referência: R\$ 270.000,00

Aquisição de duas (duas) motocicletas operacionais caracterizadas para a Guarda Civil Municipal. Valor de Referência R\$ 85.000,00

Despesa de Capital – Novas Obras e Construção

Construção de Base própria para a Guarda Civil Municipal de Embu-Guaçu: Valor de Referência: 900.000,00

Programa Novas Obras e Construções – Infraestrutura – Secretaria de Desenvolvimento Regional

Contando com o atendimento favorável de Vossa Excelência, aproveitamos a oportunidade para anteciparmos os melhores agradecimentos e renovar nossos protestos de elevada estima e apreço.

Genivaldo José da Cruz
Secretário de Segurança, Transporte e Mobilidade

Genivaldo José da Cruz
Secretário de Segurança
Transporte e Mobilidade

Rua Arnaldo Mendes de Freitas, 449 – Vila Louro – Embu-Guaçu-SP – CEP 06900-000 – Tel. (11) 4661-2496

Digitalizado com CamScanner